Revista da ANPEGE. v. 17. nº. 32, p. 7 - 21, ANO 2021. e-ISSN: 1679-768X
https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege. // DOI 10.5418/ra2021.v17i32.13582

USOS E ABUSOS DA CATEGORIA TERRITÓRIO

THE USAGE AND ILL-USE OF THE CATEGORY TERRITORY

USOS Y ABUSOS DE LA CATEGORÍA TERRITORIO

Alexandrina Luz Conceição

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir a importância da teoria epistemológica nos estudos geográficos. Ao constatar a banalização do uso e abuso das categorias analíticas, estas têm sido conduzidas como camisa de força na pesquisa/teórica/empírica. Refletimos sobre a dimensão filosófica das categorias espaço e território pelo destaque que estas tem assumido nas Pesquisas de Iniciação Científica, Dissertações e/ou Teses. Para evitar digressões epistemológicas, remeto a nossa análise ao contexto de quando a categoria território surgiu nos debates na geografia no Brasil, como "urgência" em substituição a categoria espaço. Assumimos a concepção materialista histórica dialética como opção teórica metodológica no desenvolvimento da nossa análise.

Palavras-chave: Território. Espaço. Epistemologia. Ontologia. Método.

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss the importance of epistemological theory in geographic studies. When verifying the trivialization of the use and abuse of the analytical categories, these have been conducted as a straitjacket in the research/theoretical/empirical. We reflected on the philosophical dimension of the categories space and territory due to the prominence that these have assumed in Scientific Initiation Research, Dissertations and/or Theses. To avoid epistemological digressions, I refer our analysis to the context of when the category territory appeared in debates in geography in Brazil, as "urgency" in substitution for the cate-gory/space. We assume the dialectical historical materialist conception as a methodological theoretical option in the development of our analysis.

Keywords: Territory. Space. Epistemology. Ontology. Method.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es discutir la importancia de la teoría-epistemológica en los estu-dios geográficos, ante la constatación de la banalización del uso y abuso de las categorías ana-líticas que han sido conducidas como camisa de fuerza en la investigación/teórica/empírica. Reflexionamos sobre la dimensión filosófica de los conceptos/categorías espacio y territorio por la importancia que han asumido en las investigaciones de iniciación científica, tesis de maestría y doctorado. Para evitar digresiones epistemológicas el análisis se remite al contexto del surgimiento de la categoría territorio en los debates de la geografía en Brasil como "urgen-cia", en sustitución de la categoría espacio. Asumimos la concepción materialista histórico-dialéctica como opción teórico-metodológica en el desarrollo del análisis.

Palabras claves: Territorio. Espacio. Epistemología. Ontología. Método.

Introdução

Questão Preliminar

A nossa reflexão sobre a temática anunciada: "Usos e Abusos da categoria território", tem como convergência a intensa utilização dessa categoria nas pesquisas empíricas geográficas, colocando-a em uma camisa de força. Em geral, na maioria dos cursos de geografia, seja de graduação e/ou de pós-graduação, território é posto como "categoria" analítica "obrigatória" para qualquer pesquisa geográfica. O que temos verificado, em geral, em Projetos de Iniciação Científica, Dissertações e/ou Teses, é que nos primeiros capítulos são tratadas as definições dos conceitos/categorias como "obrigatoriedade" para dar conta de um (seu) objeto de pesquisa.

Pensar é perigoso.
Não pensar é mais perigoso ainda…
Hanna Arendt

Iniciando a Reflexão

A epistemologia (teoria do conhecimento) reflete a origem, a estrutura, os métodos e a validade do conhecimento. Estuda o grau de certeza do conhecimento cientifico – com a intenção de afastar a subjetividade e garantir a objetividade, como garantia da certeza do conhecimento, na relação direta entre o Sujeito do conhecimento (o Ser) e a realidade que o cerca (relação entre o Ser e o Fazer). A relação que se estabelece entre o sujeito (o SER que pesquisa, e o SER pesquisado), como também, o objeto da pesquisa, é a REALIDADE analisada.

A primeira impostura teórica epistemológica que se tem observado é definir-se a categoria geográfica, seja: território, espaçoso, lugar, paisagem, região etc, como objetos de pesquisa, anterior à definição da problemática a ser analisada. Entende-se que o objeto é a realidade a ser refletida e analisada. É a realidade que define a categoria analítica e não o contrário. Nessa dimensão é que se deve apreender as categorias e os conceitos geográficos, para que se possa colocar em discussão as bases da ciência, no nosso caso, a geografia e a sua episteme, em diálogo com a filosofia.

Temos duas dimensões filosóficas do conhecimento. A primeira é a capacidade de conhecer (gnosiológica); a segunda, a validação do que se conhece - episteme. Na dimensão gnosiológica é imprescindível ter a clareza da teoria - a epistemologia, e o método filosófico que iremos nos debruçar para pensar. Sempre chamo atenção da necessidade de que pensar o pensamento exige matrizes básicas para a sustentação da teoria que possa explicar a realidade que queremos entender. As categorias são fundamentais para o conhecimento da realidade. Os conceitos correspondem ao conteúdo significativo ao qual pode-se aferir ao objeto. Logo, conceito é determinado pelo objeto, portanto, o conceito indica a representação do objeto pelo pensamento, enquanto que as categorias (filosóficas) determinam os conteúdos conceituais e se sobrepõem por possuírem universalidade. A universalidade é a síntese dos muitos finitos no infinito. Singular, particular e universal são categorias para o entendimento do ser no mundo - o entendimento do real. A totalidade congrega o singular, o particular e o universal.

O primeiro pressuposto da teoria é a categoria do universal; o segundo pressuposto é o conceito (descrição teórica/prática – muitas vezes compreendida como definição). Categorias e conceitos só se expressam coerentemente a partir de uma teoria e método. O método é compreendido no contexto de seus princípios, de teorias das quais as categorias e os conceitos são elucidados como formas do ser social, sendo uma escolha individual de cada

pesquisador (sujeito do real pesquisado), determinada pela realidade objetiva, do próprio pesquisador, o que elimina qualquer possibilidade de neutralidade, lembrando que é o sujeito que age e faz parte da ação materialmente abstraída do pensar.

Logo, o que penso, na compreensão da lógica dialética, é o que vivo. Eu sou o sujeito e o objeto do meu pensar. Não se trata de uma escolha fora do real (neutra), de um sujeito uno – indivíduo, ao relacionar-se com outros indivíduos. Nenhum ser é uma ilha. Ao se relacionarem, pelo trabalho, os homens tornam-se seres sociais, que se movem e possibilitam a transformação do mundo. Nesse sentido, ao desenvolvermos nossas pesquisas, estamos assumindo posturas históricas determinantes e determinadas, das múltiplas determinações possíveis.

A perspectiva que assumimos na escolha do método implica também a escolha posicional do sujeito da pesquisa sobre o que se estuda, ou seja, a sua postura na realidade vivida. Conforme a realidade questionada, define-se no processo o método e a escolha categorial. Espaço, paisagem, lugar, território, região, são considerados categorias ou conceitos conforme a projeção do real concreto, envolvem a perspectiva da concepção de sociedade do pesquisador. É nesse contexto que podemos observar os usos e abusos da categoria território sem, contudo, perder de vista a dimensão do contexto histórico em que subsume o arcabouço teórico que a sustenta.

Reflexões na apreensão das categorias/conceitos na Geografia.

Na leitura de Roberto Lobato Correa (2011), os conceitos/categorias geográficas alteram-se conforme as mudanças paradigmáticas. Entendendo paradigma como um "conjunto de ações intelectuais que possibilitam estabelecer uma dada inteligibilidade à realidade, com base em conexões de ideias de natureza descritiva, explicativa, normativa, preditiva ou compreensiva" (p. 60). Cita-se aqui algumas Matrizes das ciências sociais e humanidades que alteram a dimensão das relações entre o sujeito e o objeto do conhecimento: fenomenologia, hermenêutica, estruturalismo, semiótica, pós-estruturalismo.

Nesse viés, o entendimento do uso das categorias e conceitos tem sido consequentemente uma leitura quase hegemônica da historiografia geográfica, sendo bastante enfatizada nos estudos geográficos como conceitos e/ou categorias substituídas a cada período histórico, chegando-se à banalização da teoria ao se afirmar que houve e há uma "evolução" do pensamento geográfico, sendo as "categorias geográficas" assumidas a cada período histórico geográfico sem determinar o que muda no campo epistemológico para tais substituições, concorrendo mais como um modismo semântico, do que uma ruptura ou derivação epistemológica.

Nessa direção, a categoria região "foi" substituída pela categoria espaço, e esta por território. Infelizmente, a banalização da teoria faz eco à utilização ideológica e doutrinária que favorece o esvaziamento do debate teórico, na geografia brasileira, trazendo o empobrecimento de conteúdos e consequentemente do fazer avançar e transformar a realidade.

Até os anos de 1970 – "região" – foi o conceito basilar dos estudos geográficos, fundamentada na concepção de espaço fixo – absoluto (kantiano). Região possibilista, na leitura geopolítica (espaço natural+ hearteland), sob o postulado filosófico da razão pura – a priori. E a partir dos anos de 1970 o conceito de espaço é assumido da lógica dos conflitos dos processos urbanos sob o capitalismo, e quase nunca das contradições.

Conforme François Dosse (2007), a geografia foi a última das ciências humanas sociais a ser influenciada pelo estruturalismo, através dos filósofos Louis Althusser e Michael Foucault (este, à partir da equipe da Revista Hérodote). Na leitura de Dosse, a referência epistemológica de Yves Lacoste para repensar ou pensar o espaço foi de Louis Althusser. Para Dosse, o que os geógrafos buscavam era a definição do objeto da geografia.

> A geografia está então mergulhada num longo sono, surda para uma interrogação que a deveria ter acordado do seu torpor, e muda em tempos particularmente loquazes. Essa longa ausência tem alguns fundamentos. Em primeiro lugar, a disciplina geográfica continua a se definir, nos anos 60, como uma ciência das relações entre a natureza e a cultura, entre os elementos da geomorfologia, da climatologia, etc., e aqueles que decorrem da valorização humana das condições naturais. A esse respeito, a ambição estruturalista de fundar as ciências do homem exclusivamente sobre a cultura, modelada pelas regras da linguagem, é percebida como alo deveras estranho à preocupação do geógrafo que, pelo contrário, baseia a unidade da sua disciplina na correlação entre os dois níveis da natureza e da cultura. (Dosse, 2007, p. 383-384).

Em 1979, um grupo de jovens geógrafos – entre estes Milton Santos - da ENSET (Ecole Normale Supereure de Lénseigmente Téchnique), contestadores da geografia pragmática, escrevem um Manifesto, cuja orientação era a de inscrever a geografia no campo das ciências sociais por meio do aprofundamento da noção de espaço social , convertida em pedra angular do empreendimento, afirmando: "Queremos que o estudo do tempo social e do espaço social participe em seu legitimo lugar, no movimento contemporâneo das ciências humanas" (ibidem, p. 394).

A visão crítica da Geografia rompe com a concepção de tempo absoluto, estático separado do conceito de espaço, da visão de estabilidade e passa a conceber o tempo em espiral. Essa concepção permite aos geógrafos, na década de 1970, propor uma nova concepção geográfica de espaço indissociável do tempo. Na reflexão de Milton Santos (1980), o espaço é acumulação desigual de tempos. Espaço e tempo são categorias indissociáveis, permitindo uma reflexão sobre espaço como coexistência de tempos. Dessa forma, num mesmo espaço coabitam tempos diferentes, tempos tecnológicos e ritmos diferentes e coexistências nos lugares. Espaço(s) geográfico(s) complexo(s) carregado(s) de heranças e de novas possibilidades - o espaço é um produto histórico.

Ao escrever o livro Por Uma Geografia Nova (1980), a preocupação de Milton Santos é compreender o espaço como objeto de estudo dos geógrafos, cabendo a estes romperem com o seu aprisionamento. Partindo do questionamento: que objeto é este?, considera o referido autor que o objeto da geografia é a própria realidade social. Trata-se de encarar o espaço como ele é: espaço como um fato social, um fator social e uma instância social. O espaço resultado objetivo da interação de múltiplas variáveis, através da história. Território é a base material, que "em si mesmo, não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico" (SANTOS, 1980, p.247). Nesse contexto, a análise se processa a partir da categoria de território usado, sinônimo de espaço geográfico.

Na concepção de Milton Santos, sem levar em conta a dimensão temporal é difícil conceber o espaço tal como ele é. "A realidade é uma totalidade em permanente movimento e mudança (SANTOS, 1980:117)". Espaço total e não uma manifestação local. O homem está continuamente escrevendo sua História: a história do trabalho produtivo é a história do espaço. O espaço geográfico é produzido pelas ações dos homens em todas as escalas, das simples às mais complexas: do lugar ao mundo, do mundo ao lugar, em uma rede de conexões identificadas em fixos e no movimento crescente, cada vez mais volátil. O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço. A produção supõe uma intermediação entre o homem e a natureza através das técnicas e dos instrumentos de trabalho. É através da técnica que se deve buscar o ponto de partida para a análise das mudanças sociais (SANTOS, 2002).

Abre-se aqui um parênteses para destacar que vários estudos têm se dedicado à análise da obra do Prof. Milton Santos devido à densidade analítica na sua contribuição teórico epistemológica à ciência geográfica. Sobre esse debate, o livro de Antônio Carlos R. Moraes. Território na Geografia de Milton Santos reflete o uso do conceito de território na teoria da geografia de Milton Santos. Considera Moraes (2013), que o percurso do pensamento miltoniano é marcado em rupturas metodológicas e reformulações teóricas, em diferentes períodos, ao longo do desenvolvimento da produção intelectual do autor. Nesse percusso, Milton Santos privilegia categorias analíticas sustentadas nas suas escolhas eletivas que envolvem as conjunturas vivenciadas, acompanhando o movimento real da história. Isso

explicita os porquês da centralidade da categoria espaço nos seus escritos entre 1970 a 1980, sendo que, a partir de 1990, o conceito de território vai assumindo a importância em suas reflexões.

No texto O Retorno do Território (1998), Milton Santos afirma:

> Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro. (SANTOS, 1998, p. 15).

Conforme Milton Santos, "O Território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo o moldava. "Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território" (1998, p.15). Ou seja, retornar a noção de espaço banal, do território de todos. "Mas, quem produz, quem comanda, quem disciplina, quem normaliza, quem impõe uma racionalidade às redes é o Mundo. Esse mundo é o do mercado universal e dos governos mundiais" (ibid, p. 18).

Sócrates Menezes (2017), ao refletir sobre O Destino da Crítica Geográfica e a Dialética da Produção Social do Espaço, pontua criticamente a concepção miltoniana de espaço, a qual pode-se arguir, também, o conceito de território (na nossa leitura). É lícito observar, conforme Menezes que,

> A 'universalização da empiria' trazida por Miltom Santos reflete muito o monstruoso desenvolvimento do capital orgânico geral materializado pela técnica e seus objetos de um mundo que, enfim, conseguiu supostamente 'concretizar a metafísica' […] Nessas condições, o espaço é onde se encerra o trabalho, não no sentido de seu desapare-cimento absoluto, mas de sua negatividade dialeticamente contraditória e perturbadora […] tanto o trabalho, como o espaço, contraditoriamente unidos, apresentam seus limites históricos à reprodução sociometabólica do capital". (MENEZES, 2019, p.79-80).

Ao analisar os processos urbanos no capitalismo, David Harvey busca refletir sobre o conceito de espaço geográfico, no entendimento da teoria tripartite: espaço absoluto, espaço relativo, espaço relacional; em conjunção à divisão tripartite de Henri Lefebvre do espaço experimentado, conceitualizado e vivido. Na leitura de Harvey, o espaço absoluto é fixo, socialmente é o espaço da propriedade privada de outras entidades territoriais delimitadas. O espaço é relativo em dois sentidos: "de que há múltiplas geometrias que podemos escolher e de que o quadro espacial depende estritamente daquilo que está sendo relativizado e por quem" (HARVEY, 2012, p. 11). É o espaço das relações definido pelos territórios limitados no espaço absoluto e no espaço relacional. Espaço-tempo implica na ideia de relações internas. Os três conceitos estão em tensão dialética um com o outro, em constantes interações que travam entre si. Deter-se ao espaço relacional e ao vivido desconsiderando o material e o absoluto pode ser enganador, limitante e mistificador. A única estratégia que realmente funciona é manter a tensão em movimento dialético.

> A noção relacional do espaço-tempo implica a ideia de relações inter-nas; influências externas são internalizadas em processos ou coisas específicas através do tempo (do mesmo modo que minha mente absorve todo tipo de informação e estímulos externos para dar lugar a padrões estranhos de pensamento, incluindo tanto sonhos e fantasias quanto tentativas de cálculo racional. (Ibidem. p.12).

Uma pausa necessária: a "crise" bate na porta dos geógrafos

O avançar da crise estrutural do capital, nos últimos anos de noventa, traz no seu bojo a leitura do fim da história (Francis Fukuyama) e fim do trabalho (André Gorz) e a consequente defesa do fim da sociedade do trabalho, sinalizando o fim das categorias universais das relações sociais de produção e das forças produtivas: trabalho assalariado versus capital. O Estado é retirado de cena e o território, até o momento compreendido hegemonicamente como superfície terrestre, passa a ser colocado como categoria central – ou conceito central na leitura geográfica.

A categoria espaço, fundamentada na leitura marxista, é escorraçada. A "Geografia Crítica" sofrerá severa crítica, com forte viés ideológico, sustentada no discurso de que esta defendia o reducionismo economicista e a negação da subjetividade, o que resultou na defesa de mudança de paradigma que desse conta da dimensão do indivíduo, na dimensão de particularidade como categoria analítica, negando-se o constructo filosófico da categoria universalidade e, consequentemente, da categoria totalidade. Nesse viés as contradições são retiradas de cena.

Nesse contexto, a leitura de Michael Foucault é trazida no entendimento de micro poder. A leitura foucaultiana de micro poder emerge em um "mix" do Foucault estruturalista e pós-estruturalista nos fundamentos epistemológicos do conceito de território. Ao se assumir a crítica endossada na ênfase das práticas discursivas do saber e poder de Foucault, com forte antropologilização das relações dos sujeitos, muitos terminam aprisionados ao discurso no qual emerge o homem desistoricizado, dissocializado, internalizado e aprisionado.

É importante ressaltar, conforme Mavi Rodrigues,

> Em determinada fase Foucault aparece como o arauto do estruturalismo para logo em seguida vociferar contra ele; intitula o que faz de arqueologia para depois afirmá-la como genealogia: utiliza à exaustão determinada categoria para abandoná-la num momento posterior; apaixonasse por determinado autor para na seqüência descartá-lo. E como se não bastasse tudo isto, o filósofo francês gostava de confundir, de jogar com as palavras. (2006, p. 107).

As alterações dos paradigmas postos e impostos como necessários vêm se constituir na Pós-Modernidade como alicerce do neoliberalismo, o modelo de sociedade. Nesse bojo, é preciso lembrar que o conceito de cultura surge, para alguns, como camisa de força contra as determinações de luta de classe e o entendimento da crítica aos determinantes hegemônicos, em lugar de se discutir as determinações do movimento contraditório do real. Determinantes econômicos substituíram a leitura teórica das múltiplas determinações dialéticas. Dessa forma, a categoria da universalidade e da totalidade são reduzidas à compreensão de um conceito aprisionado a particularidade.

Entendo que este contexto histórico possibilitou muitas "mazelas" que têm custado muito caro aos estudos geográficos, inclusive a despolitização dos conteúdos, portanto a despolitização dos geógrafos e suas institucionalidades. Inicia-se um debate que, antes de fazer avançar saltos de qualidade, considero que se dá uma forte disputa de poder institucional o que é resguardado pela própria disputa ideológica.

A partir de então vários estudos serão tecidos para trazer o conceito de território como categoria analítica central da geografia. Conceitos esses que se apoiam em diferentes métodos analíticos e diversas teorias.

É importante observar que, para Antônio Carlos Robert de Moraes (2002), falar de territórios é falar principalmente dos espaços de exercício do poder estatal. É preciso destacar que, para este autor, o entendimento do território só pode ser analisado como processo histórico envolvendo sobremaneira a ação do Estado na organização do espaço, como regulador e defensor da classe hegemônica. O território é "resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço, o qual só pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e desenvolvimento" (MORAES, 2002, p. 63).

Ao analisar o processo de formação territorial brasileiro na sua colonização, Moraes (2011) o inscreve como um território marcado pela produção econômica, para fins de lucratividade do capital mercantil, através da apropriação da natureza e da exploração do trabalho que definem um novo valor no espaço.

Na leitura de Claude Raffestin (1993), o espaço é anterior ao território. O território é o espaço apropriado por uma relação de poder. O território pode manifestar-se em múltiplas escalas, políticas, sociais, econômicas, etc, não possuindo necessariamente um caráter políticocultural. Rafestin entende que a territorialidade é um conjunto de relações (pertencimento) dos homens, enquanto coletividade - a relação com o território é uma relação que mediatiza as relações com os homens. O processo da dinâmica social (territorialização) e multiescalaridade da territorialidade é considerado a partir de pelo menos três elementos basilares que comparecem, implícita ou explicitamente: a flexibilidade, a descontinuidade e a superposição que são noções que compõem o conteúdo da multiescalaridade, concebidas através do movimento tempo-espaço conjugados.

Para Raffestein, a noção de flexibilidade é fundamental para pensar a construção de territórios no movimento da descontinuidade, confrontando com a concepção clássica, dos territórios/zonas, sustentada no pressuposto da contiguidade espacial.

Na afirmação de Saquet:

> O desenvolvimento territorial não pode ser burocrático e centralizado, político institucional, partidário e mascarado. Precisa ser construído participativamente, reconhecendo-se os diferentes sujeitos, os distintos interesses, os anseios, os sonhos, as necessidades; os tempos e os territórios; as temporalidades, as territorialidades e a conquista de autonomia. (SAQUET, 2007, p. 177).

Marcos Aurélio Saquet e Rogério Haesbaert fazem parte de um conjunto de geógra-fos/geógrafas que têm reafirmado suas concepções nas leituras pós-estruturalistas/pós-modernas. Na leitura pósestruturalista, a escrita é resultado de uma articulação linguística (jogo) marcada pela indeterminação e pela ambiguidade. Assim não existem fatos, um significado fixo, universal, absoluto, ou uma interpretação única. O texto só se torna completo se o desconstruirmos - por trazerem diferentes significados. São, portanto, ambíguos; não tem apenas uma interpretação. O princípio da indeterminação impede a possibilidade de qualquer verdade absoluta, há infinitas interpretações.

Nesse direcionamento destaco a análise de Rogério Haesbaert (2004), devido ao volume e intensidade de usos e abusos de referenciais, sobre sua análise, nos textos de diversos geógrafos e geógrafas; trata-se de uma preocupação semântica em nominar os conceitos nucleadores de sua análise. Rogério Haesbaert, na busca de negar o fim do território, desconstruindo o discurso do "Mito da Desterritorialização" sustentado na leitura do princípio da indeterminação e das infinitas interpretações defende que antes de representar o fim do território, a desterritorialização é a grande questão da atualidade.

> Mais do que isto: o que está dominando é a complexidade das reterritorializações, numa multiplicidade de territorialidades nunca antes vista, dos limites mais fechados e fixos da guetoificação e dos neoterritorialismo aos mais flexíveis e efêmeros territórios-redes ou "multiterritórios da globalização. […] Na verdade, seria mais correto afirmar que o grande dilema deste novo século será o da desiualdade entre as múltiplas velocidades, ritmos e níveis de des-re-territorialização. (HAESBAERT, 2004, p. 372).

É importante observar que os fundamentos teóricos que deram substância onto-epistemológica aos conceitos de território, desterritorialização, reterritorialização e multrrritorialidades são justificados pelo autor, nas concepções de Giles Deleuze e Felix Guatari, autores pós-estruturalistas/pós-modernos. É interessante observar que há o acatamento desses conceitos como categorias determinantes nas leituras de diversos geógrafos/geógrafas, até mesmos em auto-identificados como marxistas.

No livro O Mito da Desterritorialização, Haesbaert apresenta os porquês de e como assume os conceitos de território - desterritorialização e reterrorialização. Destaco sua observação na página 98 desse livro, no final do segundo capítulo, ao justificar sua escolha dos

referentes autores na construção do conceito de território - no e pelo movimento. Segundo este autor, a sua escolha recai nas "propostas inovadoras de território e de desterritorialização na filosofia de Deleuze e Guatari, apesar das restrições que fazemos à sua fundamentação pós-estruturalista e às vezes excessiva abrangência de suas conceituações […]" (HAESBAERT, 2004, 98).

No Capítulo 3 do referente livro, Haesbaert reconhece a importância de Deleuze e Guattari como os teóricos da des-territorialização, tanto no sentido onto-epistemológico, quanto axiológico, chamando atenção para a ausência das reflexões desses filósofos na geografia. Ao inscrever os conceitos em alusão na abordagem geográfica, afirma que: "Embora a concepção de desterritorialização seja central na obra de Deleuze e Guatartari , nenhum dos geógrafos que trataram destes autores concentra sua análise neste debate" (2004, p, 108). Tendo como referencial a concepção de movimento de relações múltiplas, coeexistentes e complementares, em multiplicidades de acontecimentos e agenciamentos (partes conectadas), afirmam que "não há História nem devir (criação) possível sem esses encontros, sem esses agenciamentos" (p.117).

Sustenta-se Haesbert, nos escritos de Giles Deleuze e Fêlix Guattari de que: "Todo agenciamento é, em primeiro lugar, territorial. A primeira regra concreta dos agenciamentos é descobrir a territorialidade […] O território cria o agenciamento. O território excede ao mesmo tempo o organismo e o meio, e a relação entre ambos […]" (DELEUZE; GUATTARI, 1997, 218; apud HAESBERT, 2004, p. 122). Os agenciamentos são moldados nos movimentos concomitantes de territorialização e desterritorialização. Haesbaert ressalta que o conceito de território dos autores é extremamente amplo. Para os autores: "Muito mais do que uma coisa ou objeto, o território é um ato, uma ação, uma rel-ação, um movimento (de territorialização e desterritorialização), um ritmo, um movimento que se repete e sobre o qual se exerce um controle." (ibid, p. 127). Em toda a caminhada da sua reflexão, Haesbaert frisa a importânia de se entender o conceito de territorialização e de reterritorialização, o qual ocorre em movimento concomitante, fundamentado principalmente nas reflexões analíticas dos referentes filósofos de Deleuze e Guattari e que permite desconstruir leituras de geógrafos e geógrafas pelo uso e abuso da categoria, conceito território a partir de Haesbaert. Em geral, para os autores, conforme Haesbert, os movimentos de territorialização e de reterritorialização são definidos como deslocamentos (em grau de intensidade – velocidades), como movimentos mecânicos sobre um estrato, um plano fechado e fixo.

É importante salientar que o conceito de território para Haesbert não se limita à definição desses referentes autores. Estes lhes dão a sustentação das suas abordagens conceituais para entender a raiz do conceito de desterritorialização. Sua análise também tem como suporte os estudos de Henri Lefebvre, Jean-François Lyotard, Anthony Giddens e Michael Foucault, entre outros. Suas reflexões pautam-se no debate teórico-filosófico e político-ideológico sobre a modernidade/pós-modernidade em suas múltiplas perspectivas. A coesão analítica nos escritos de Haesbaert é no todo costurada aos fundamentos epistemológicos dos conceitos de identidade e relações de poder. Os conceitos de Espaço e Poder expressam a centralidade da sua discussão nos meandros da geografia.

Uma reflexão crítica marxiana da categoria território

> As categorias são formas de ser, determinações da existência
> Karl Marx

Destarte, na nossa leitura o conceito de território, a partir da dimensão das categorias autonomia e liberdade, aproxima-se da concepção hegeliana dos conceitos de Propriedade Privada e de Liberdade. Em Hegel, a propriedade privada constitui-se expressão de liberdade do indivíduo, em sua forma acabada e efetiva. É no plano da liberdade que "a propriedade tem a sua primeira existência, o seu fim essencial para si" (HEGEL, 2000, p.47).

Mediante a propriedade, a pessoa exerce a vontade livre e absoluta sobre a coisa . Porém, observa Hegel, a propriedade no que tem de existência e extrinsecidade não se limita apenas a uma coisa, mas também a vontade, e é estabelecida pelo contrato:

> A mediação da vontade consiste em, por um lado, abandonar uma propriedade (quer dizer: uma propriedade individual) e, por outro lado, aceitar uma propriedade da mesma natureza (que, portanto, pertence a outrem) e sobre isso a condição de coincidência entre uma volição que só se manifesta quando outra volição está presente como contrapartida. (HEGEL, 2000, p.71).

Mediação estabelecida por vontade própria de forma independente de cada qual, sendo o contrato produto do livre-arbítrio. O que difere da concepção marxiana. No livro Miséria da Filosofia (1990), Marx faz o seguinte apelo: "Meus senhores, não se deixem iludir pela palavra abstracta liberdade. Liberdade de quem? Não é a liberdade de um simples indivíduo em presença de um outro indivíduo. É a liberdade que o capital tem de esmagar o trabalhador" (p. 239).

Como argumenta Marx em contraposição à definição de Proudhon de propriedade: "Querer dar uma definição de propriedade como se fosse uma relação independente, uma categoria à parte, uma ideia abstracta e eterna, apenas poderia ser uma ilusão de metafísica ou de jurisprudência". (MARX, 1990, p 170). Essa incapacidade o torna incapaz de compreender a origem econômica da renda e da propriedade. A origem da propriedade nada tem de místico e de misterioso, mas mantem uma estreita relação entre a produção e a distribuição e dos instrumentos de produção. A desigualdade é um momento da não liberdade.

Na concepção luckasiana, a liberdade só tem validade plena na esfera do trabalho, fora do ser social não há liberdade. Conforme Karl Marx, a propriedade privada é o produto, o resultado, a consequência necessária do trabalho exteriorizado, a apropriação do objeto aparece como estranhamento (Entfremdung). Quantos mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pobre ele se torna e menos pode possuir, e tanto mais fica sob o domínio do capital. O trabalhador produz o capital, e o capital produz o trabalhador. Ambos capital e trabalho são estranhos entre si. A apropriação aparece como estranhamento, como exteriorização. A propriedade aparece como fundamento, razão, consequência de trabalho exteriorizado. O trabalho não pertence ao seu ser. O trabalhador nega-se no seu trabalho, ele não se afirma em seu trabalho, mas nega-se nele. Ao se afrontar no ato de sua produção, há o estranhamento do seu trabalho.

A propriedade é a expressão material do trabalho exteriorizado: "Através do trabalho estranhado, exteriorizado o trabalhador engendra, portanto, a relação de alguém estranho ao trabalho – do homem situado fora dele – com este trabalho" (MARX, 2008, p.87). Quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (ausarbeitet) tanto mais poderoso, alheio se torna o mundo que ele cria (fremd) diante de si. O seu mundo interior se torna mais pobre tanto menos pertence a si mesmo. O estranhamento-de-si é também a relação com a relação que sente com o mundo exterior sensível. A relação com a sua atividade do trabalho, atividade que não lhe pertence, que lhe é estranha.

Para o marxismo, não há uma ciência autônoma, mas somente uma ciência histórico-dialética, que pressupõe o conhecimento da sociedade como totalidade, e não do ponto de vista do indivíduo. "[…] O ponto de vista do indivíduo não pode levar a nenhuma totalidade, quando muito, pode levar a aspectos de um domínio parcial, mas na maioria das vezes somente a algo fragmentário. […] a 'fatos' desconexos ou a leis parciais abstratas" (LUKACS, 2003, p. 106 e 107). A concepção dialética da totalidade é a única forma de compreender a realidade como devir social.

> […] as determinações reflexivas das formas fetichistas de objetividade têm por função justamente fazer aparecer os fenômenos da sociedade capitalista como essências supra-históricas. O conhecimento da verdadeira objetividade de um fenômeno o conhecimentode seu caráter histórico e o conhecimento de sua função real na totalidade social formam, portanto, um ato indiviso do conhecimento. Essa unidade é quebrada pelo método pseudocientífico. (LUKACS, 2003, p. 86).

A categoria totalidade como fundamento para o repensar a categoria território

Compreende-se território a partir da concepção crítica marxista, fundamentado na teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Ao refletirmos as relações sociais de produção, o território não se configura como uma relação individualizada, de pertencimento, de autonomia de sujeitos isolados, mas enquanto categoria de universalidade e totalidade. A categoria totalidade não reduz seus elementos a uma uniformidade diferenciada, a uma identidade - nada é isolado. Isolar um fato, um fenômeno é privá-lo de sentido, de explicação, de conteúdo. É imobilizá-lo artificialmente, matá-lo, pois o sentido das coisas não está na consideração de sua individualidade, mas na sua totalidade. A totalidade do objeto só pode ser determinada se o próprio sujeito que a determina ele mesmo é uma totalidade (LÚKACS, 2003,85).

Pensar o Território como categoria na análise marxiana pressupõe ler a geografia como ciência geográfica histórica-dialética. Na concepção lefebvriana da Produção do Espaço (2006), a prática espacial de uma sociedade supõe uma interação dialética e só é descoberta decifrando seu espaço. Tempo e espaço não se separam, o espaço é produzido do processo de crescimento das forças produtivas. As forças produtivas intervem em todos os níveis do espaço: local, regional, nacional e planetário. Os movimentos dialéticos atravessam a mundialidade-totalidade (LEFEBVRE, 2006, p. 17).

Paradoxalmente, se de um lado o Estado é o fomentador do espaço hegemônico do capital, articulando diferentes formas de subsunção do trabalho para a sua reprodução ampliada, criando diferenciações de áreas e de classes, em um processo crescente de extração direta e indireta da mais-valia, o que significa a expropriação de força de trabalho; por outro lado, este mesmo Estado assume o papel de benfeitor tão bem expresso na concepção keynesiana, que consolidou a ideologia da incontrolabilidade do sistema societal do capital, anunciando políticas emancipatórias de desenvolvimento, inscritas no capital social e humano, através de discursos das possibilidades multivariadas de ações comunitárias, como responsáveis para alterar o status quos de desigualdade.

O capital é valor em movimento apropriando-se do trabalho e dos mecanismos de subordinação no espaço. Não se trata de uma ação individual, particularizada por indivíduos e/ou uma parte de um grupo de pessoas, mas da totalidade e mundialidade das relações sociais.

Conforme Oliveira (2016) , a consolidação, em nível mundial da nova aliança da classe capitalista se estabelece via alianças Público e Privado na exploração de mercado, que atuam através de fusão, aquisição, associação, etc. Essas empresas monopolistas mundiais articulam-se no controle da propriedade privada da terra, atuam via a territorialização dos monopólios, monopolizam a circulação das mercadorias sem precisarem territorializar-se, através de mecanismos de subordinação de camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolizam a circulação das mercadorias como players no mercado futuro da bolsa de mercadorias no mundo, sem precisarem territorializar os monopólios (OLIVEIRA, p. 233).

A tendência da lógica do desenvolvimento do capital é direcionada em um movimento de "vaivém" do capital. "O capital se move para onde a taxa de lucro é máxima, (ou, pelo menos, alta) e os seus movimentos são sincronizados com o ritmo de acumulação e crise" (SMITH, 1988, p. 212). Este processo de movimento se inscreve no desenvolvimento desigual. A contradição sob a qual está estabelecido o processo de acumulação do capital oferece as bases materiais, território, para que esse sistema de reprodução sócio metabólico, ao mesmo tempo seja um sistema gerador de contradições. Sobretudo, a partir da contradição que históricamente serve de sustentáculo para a sua manutenção, traduzida pela relação capital versus trabalho, que desde o advento capitalista altera a divisão social e hierárquica do trabalho, com o objetivo do lucro, o que compreende a extração do sobretrabalho:

> O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção au-

> menta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz de fato mercadorias em geral. (MARX, 2008, p.80).

Os diversos momentos de crise do sistema produtor de mercadorias são gerados exatamente a partir das contradições existentes no cerne da sua base material, e, por esse motivo, as soluções para essas crises periódicas representam apenas o retardamento, ou adiamento do ponto de saturação para o qual não há alternativa. Essas soluções apresentadas com o objetivo de tornar sustentável a manutenção dessa estrutura totalizante e contraditória são representadas pelas alterações nas relações de produção do próprio capital, por uma reestruturação produtiva. Por isso, não representam uma transformação do sistema e sim uma alteração no sistema. Quando ocorrem essas reestruturações produtivas, uma quantidade maior de capital tende a ser produzida com menos trabalho. O que possibilita esta contradição é o aumento da exploração desse trabalho. Entretanto, o trabalho ainda continua como categoria central quando analisamos as relações sociais de produção capitatalistas.

A crise sem precedentes históricos que a humanidade está vivendo e a reestruturação produtiva que se segue tem como fundamento as contradições geradas pela própria necessidade de acumulação: contraditoriamente a própria condição de acumulação criada por essa reestruturação produtiva acaba por gerar novas crises que podem ser observadas de diversas formas, como o super acúmulo de capitais proveniente desse aumento da exploração, que por sua vez vai criar uma nova desvalorização do próprio capital.

> A tendência devastadora do desemprego crônico hoje afeta até mesmo os países capitalistas mais adiantados. Ao mesmo tempo, também as pessoas ainda empregadas naqueles países têm de suportar a pior de suas condições materiais de existência, o que é admitido até mesmo pelas estatísticas oficiais. Pois o final da ascensão histórica do capital trouxe consigo uma equalização para baixo da taxa diferencial de exploração. (MÉSZÀROS, 2003, p. 27).

A reestruturação produtiva que segue atualmente no cenário capitalista nacional nada mais representa do que uma adequação à lógica de maximização da exploração da força de trabalho. O capital se autovaloriza ao absorver maior quantidade possível de mais-trabalho, acompanha as transformações em escala mundial, e representa claramente uma tentativa de retomada dos máximos padrões acumulativos e lucrativos, para os quais já não há mais respostas.

O que leva à questão: de quem é o território?

Nesse movimento, o conceito de território implica na leitura epistemológica geográfica escalar da mundialidade e totalidade. O que leva a refletir sobre o caráter vampiresco do capital, na busca incansável, pela expropriação do trabalho e a consequente apropriação do território. O trabalho vivo apropriado e absorvido pelo capital é a sua energia vital: sua força autorreprodutora, via associação do valor excedente absoluto e relativo (maior extensão de jornada de trabalho).

> Móveis ao capital, esfomeados, pauperizados, concretiza-se a crise estrutural. Entretanto, o que fica explícita é a compreensão histórica de que não é possível a destruição do capital senão associada à unidade da luta campesina-operária. A base material da solidariedade está estruturada na articulação local e global do capital, em face às determinações recíprocas contraditórias do capital, as quais afetam todos os países envolvidos nas determinações dos imperativos do capital que se incrustam nas diferentes escalas da totalidade das relações universais. (CONCEIÇÃO, 2017, p.32-33).

Considerações finais

No geral, os estudos empíricos na/da geografia prendem-se a alguns conceitos que se mal sustentados em um método, cometem usos e abusos na sua utilização. É nessa direção que chamo atenção para algumas questões necessárias para, no mínimo, ter mais clareza desses usos e abusos:

- 1ª- Não esquecer que o conceito de território implica na posição teórica metodológica, e não com o objetivo de dar conta do arcabouço cansativo de reflexões teóricas, nas quais trazem para quem lê os tratados de diversos autores sobre a definição de território.

Nessa abrangência está a maioria dos trabalhos dos geógrafos/geógrafas.
O que implica nas seguintes outras questões:

- 2ª Ao se assumir um capítulo sobre reflexões teóricas com múltiplas versões de definições de território é preciso observar que se pode estar amarrado a uma leitura do método positivista, empiriocriticista, ou, mesmo, algumas vezes, em uma postura eclética. Ademais, essa dimensão implica em uma posição cientificista neopositivista ou mesmo a hermenêutica, o que traz nesse bojo o saber da utilização da estrutura linguística, no campo da empiria.

- 3ª Ter clareza de serem feitas leituras a partir de diferentes autores, pois é preciso entender que estes assumem métodos e teorias diferenciadas.

- 4º Não necessariamente um autor deixa de fazer a reflexão do território como conceito geográfico. A questão está no abandono de não assumir esse conceito como categoria filosófica.

- 5ª A utilização do conceito de território como categoria analítica da teoria cultural aprisiona o território como particularidade, a um determinado espaço aprisionado, territorializado, porque apropriado. A questão está em como inscrevê-lo na categoria espaço.

- 6º É o trabalho a condição e princípio da produção do espaço no movimento da acumulação do capital. A sua base material está estruturada na articulação local e global do capital, em face das determinações recíprocas contraditórias, as quais afetam todos os países envolvidos nas determinações imperativas que se incrustam nas diferentes escalas da totalidade das relações universais.

Epígrafe

Vale a pena concluir destacando que o método do materialismo histórico dialético visa ao conhecimento da sociedade como totalidade. O ponto de vista da totalidade não determina somente o objeto, mas também o sujeito. A totalidade só pode ser determinada se o sujeito que a determina é ele mesmo uma totalidade.

Referências

CONCEIÇÃO, A. L Produção do Espaço e Conflitos Territoriais: Expropriação da Terra e Exploração da Natureza. In; (Org.) SUERTEGARAY, D. M. (et.al.). Geografia e Conjuntura Brasileira. 1ª ed. Rio de Janeiro, Consequência Editora, 2017.

CORREA, Roberto Lobato. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, p. 59-65, out. 2011.

DOSSE, François. História do Estruturalismo: O canto do cisne, de 1967 a nossos dias, São Paulo- Bauru: EDUSC, tradução Marcia Mansor D'Alessio, 2007.

HARVEY, David. O Espaço como Palavra chave, in Revista GEOgraphia, UFF, v. 14, n.28. 2012. p..1-32. https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13641

HAESBAERT, Rogério. O Mito da Desterritorialização: Do "Fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEGEL, G. W. F. Princípios da Filosofia do Direito, tradução Orlando Vitorino, São Paulo: Martins Fontes, 2000 (2ª edição).

LEFEBVRE, Henri. A Produção do Espaço. Tradução Ana Maria Simões Coelho, Doralice Barros Pereira, Pedro HenriqueDenski, Sérgio Martins, Núcleo de Geografia Urbana da UFMGfev. 1ª versão fev. 2006.

LUKÁCS, George. História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo, Ed Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. Miséria da Filosofia. São Paulo: Edições Mandacaru Ltda, 1990.

MARX, Karl. Manuscritos-econômico-filosófico. São Paulo: Editora Boitempo, 2008 (2ª reimpressão).

MENEZES, Sócrates. O Destino da Crítica Geográfica e a Dialética da Produção Social do Espaço, In CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz e José Danilo Santana Silva orgs. O Fim do Pensamento Crítico Reflexivo? A Negação do Humano e a Banalização da Teoria, São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2019, p. 47-99.

MÉSZÀROS, István. O século XXI socialismo ou barbárie?"; São Paulo, SP: Boitempo, 2003.

MORAES, A, C, R. "Território e história no Brasil"; São Paulo, SP: Hucitec, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Base da Formação Territorial do Brasil. O Território Colonial Brasileiro no Longo Século 16 , Ed. 2ª Annablume, 2011.

MORAES, A. C. R. Território na Geografia de Milton Santos. São Paulo: Annablume, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Mundialização da Agricultura Brasileira. São Paulo: Lânde Editorial, 2016 (Projeto Editorial do Autor).

Disponibilizado em: http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/publicações.htm

RAFESTEIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Mavi. Michel Foucault Sem Espelhos: um pensador proto pós-moderno/Mavi Rodrigues. Rio de Janeiro, Tese defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, ESS, UFRJ/ESS, 2006, 252 p.

SANTOS, Milton. Por Uma Geografia Nova, São Paulo, Hucitec, 6ª edição, 2008.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SANTOS, Milton. O retorno do territorio. In Santos, Milton; Maria Adélia A. de Souza; SILVEIRA, Maria Laura (orgs). Território, Globalização e Fragmentação, São Paulo: Hucitec, 1998, p. 15-20.

SAQUET, Marcos A.; SILVA, Sueli Santos da. MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território, in Revista Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. P. 24-42. Disponível in https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179

SAQUET, Marcos. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SMITH, N. "Desenvolvimento Desigual": Natureza, Capital e a Produção de Espaço.. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988.